



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001196-49.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Ipumirim

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 35/2016-CGJ

Período da correição: 3-10-2016 a 5-12-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

DADOS DA UNIDADE

Comarca: Ipumirim

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Arabutã, Ipumirim e Lindóia do Sul

Juiz titular: Marciana Fabris (Em lic. maternidade) Roque Lopedote (Cumulação)

Chefe de cartório: Cristiano Luis Kunz

Última correição por equipe da CGJ/SC: 19-8-2013 a 18-10-2013. Autos CGJ n. 0012354-09.2013.8.24.0600 (Correição Virtual)

Competência: Vara Única

Entrância: Inicial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

Indicador	Total
1.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.339
1.1.2 Processos em andamento	3.109
1.1.3 Procedimentos em andamento	230

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Dezembro de 2016.

b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 227 referem-se a processos de Execução Fiscal, 241 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 131 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

Indicador	Total
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.080
1.2.2 Processos em andamento	1.856
1.2.3 Procedimentos em andamento	224

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Dezembro de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos conclusos

Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1 Quantidade total de processos com o juiz	270	123	393

Observações

a) Informações obtidas em 24/01/2017. (fl. 95)

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2014	1.673	139,42
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2015	1.875	156,25
1.4.3 Janeiro a novembro de 2016	1.472	133,82

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Valor
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias Cível - Genérico - Processo	430
1.5.1.1 Ag. Encerramento do Ato	50
1.5.1.2 Ag. Prazo	37
1.5.1.3 Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	65
1.5.1.4 Concluso para Despacho	23



1.5.1.5	Concluso para Sentença	2
1.5.1.6	Concluso 1	1
1.5.1.7	Concluso 3	3
1.5.1.8	Cumprir - Urgente	3
1.5.1.9	Cumprir Audiência	5
1.5.1.10	Escrivão	29
1.5.1.11	Recebido do Juiz - Decisão	3
1.5.1.12	Recebido do Juiz - Despacho Criminal - Genérico - Processo	3
1.5.1.13	Ag. Análise do Cartório	2
1.5.1.14	Ag. Audiência	1
1.5.1.15	Ag. Encerramento do Ato	23
1.5.1.16	Ag. Prazo	4
1.5.1.17	Concluso para Despacho	1
1.5.1.18	Concluso para Sentença	4
1.5.1.19	Cumprir - Urgente	1
1.5.1.20	Cumprir Audiência	7
1.5.1.21	Escrivão	6
	Execução Fiscal - Processos	
1.5.1.22	Ag. Encerramento do Ato	10
1.5.1.23	Ag. Prazo	9
1.5.1.24	Concluso para Despacho	17
1.5.1.25	Cumprir - Urgente	1
1.5.1.26	Cumprir Hasta Pública	1
1.5.1.27	Escrivão	2
1.5.1.28	Recebido do Juiz	3
	Execução Penal - Processo	
1.5.1.29	Ag. Prazo - Benefício	23
	Família - Processo	
1.5.1.30	Ag. Audiência	4
1.5.1.31	Ag. Encerramento do Ato	11
1.5.1.32	Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	22
1.5.1.33	Concluso para Despacho	1
1.5.1.34	Concluso 3	1
1.5.1.35	Cumprir - Urgente	3
1.5.1.36	Cumprir Audiência	1
1.5.1.37	Recebido do Juiz - Despacho	1
	Juizado Especial Cível - Processo	
1.5.1.38	Ag. Encerramento do Ato	11
1.5.1.39	Concluso para Despacho	12
1.5.1.40	Cumprir Audiência	1
1.5.1.41	Cumprir Hasta Pública	1
1.5.1.42	Escrivão	1
1.5.1.43	Recebido do Juiz - Despacho	3
	Juizado Especial Criminal - Processo	
1.5.1.44	Ag. Audiência	2
1.5.1.45	Ag. Encerramento do Ato	8
1.5.1.46	Ag. Prazo	2



1.5.1.47	Concluso para Sentença	2
	Juizado Especial Fazendário - Processo	
1.5.1.48	Ag. Prazo	1
1.5.1.49	Concluso para Despacho	3

Observações

- a) Informações obtidas em 24/01/2017.
- b) Na data de 24/1/2017 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:
- b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 13 processos na fila. O mais antigo data de 26/4/2016.
- b.2) Ag. Análise - não existem processos na fila.
- b.3) Cumprir urgente: Existem 81 processos na fila. O mais antigo data de 26-4-2016.
- b.4) Recebido do Juiz.
Recebido do Juiz - Despacho: existem 439 processos na fila. O mais antigo data de 1/6/2016.
Recebido do Juiz - Decisão: existem 127 processos na fila. O mais antigo data de 17/3/2016.
Recebido do Juiz - Sentença: existem 88 processos na fila. O mais antigo data de 29/9/2016.
- b.5) Escrivão: existem 83 processos na fila. O mais antigo data de 14/1/2016.
- b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 3 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.
- b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (0300085-95.2015.8.24.0242, 0300525-57.2016.8.24.0242, 0300337-64.2016.8.24.0242, 0000012-36.2014.8.24.0242, 0300626-31.2015.8.24.0242), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 - CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).
- b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (0000293-89.2014.8.24.0242, 0300108-07.2016.8.24.0242, 0300500-78.2015.8.24.0242, 0300168-77.2016.8.24.0242, 0300080-73.2015.8.24.0242), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão/ou não há decisão determinando a suspensão.
- Fila Petição intermediária
- b.9) Ag. Análise - Juntada Automática: existem 135 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 25/10/2016.
- b.10) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 113 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 24/10/2016.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	151	80
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	4,45%	2,40%
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 12/05/2014)		



1.6.2.1	Ano da última movimentação	Processos físicos em gabinete		Processos eletrônicos em gabinete		Processos físicos em cartório		Processos eletrônicos em cartório		Total	
		V1	V2	V1	V2	V1	V2	V1	V2	V1	V2
1.6.2.2	2014	0	1	0	0	0	0	0	0	(10)	1
1.6.2.3	2015	0	5	0	0	0	0	0	1	(25)	6
1.6.2.4	Total	0	6	0	0	0	0	0	1	35	7

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
 - Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
 - Primeira verificação: mês de referência Agosto de 2016. (fls. 12-15)
 - Segunda verificação: mês de referência Dezembro de 2016. (fls. 79-83)
- d.1) Destaca-se que do total de processos sem movimentação há mais de 180 dias, 43 apresentam local físico Cartório não informado.

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	4	2
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	150	7
1.6.6	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	29	0
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais	88	52
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013	7	5
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013	3	3

Observações

- Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5 e 1.6.6): o relatório não deve trazer registro.
- Primeira verificação em 26/09/2016. (fls. 16-21)
 - Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de abril de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.
- Segunda verificação em 24/01/2017. (fls. 84-88)
 - Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de dezembro de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.



PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/08/2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico	35	0
	Petição Intermediária	151	118
	Mandados	5	2
	AR	5	2

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
- Primeira verificação em 26/09/2016. (fl. 22)
- Segunda verificação em 24/01/2017. (fl. 89)

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	0
1.6.12	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	0
1.6.13	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	1
1.6.14	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	1
1.6.15	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	0	3

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 26/09/2016.
- 1) Os relatórios não eram extraídos no tempo da primeira verificação.
- Segunda verificação em 24/01/2017. (fls. 90-92)

MANDADOS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.16	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	29	11

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 26/09/2016. (fls. 23-24)
- Segunda verificação em 24/01/2017. (fl. 93)

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES



Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.17 Outros setores				
1.6.17.1 A ser Recebido de Outro Foro	2	2	1	1
1.6.17.2 Contadoria	2	0	0	0
1.6.17.3 Contadoria - Cálculos e Atualizações	0	0	0	0
1.6.17.4 Contadoria - Custas Finais	0	0	1	0
1.6.17.5 Contadoria - Custas Iniciais	0	0	0	0
1.6.17.6 Distribuição	0	0	0	0
1.6.17.7 Ministério Público	107	5	53	10
1.6.17.8 Petição Inicial - Ag. Digitalização	5	0	0	0
1.6.17.9 Serviço Social	17	9	9	0

Observações

- a) Primeira verificação em Agosto de 2016 (fl. 25).
b) Segunda verificação em Dezembro de 2016 (fl. 94).

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.18 Quantidade total de processos em carga		470		240
Local				
Cargas internas				
1.6.18.1 Assistente Social	1	1	0	0
1.6.18.2 Juiz Kledson Gewehr	0	0	1	0
1.6.18.3 Juiz Leandro Rodolfo Paasch	316	27	26	7
1.6.18.4 Juiz Maria Luiza Fabris	0	0	96	0
1.6.18.5 Ministério Público	8	1	1	0
Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.18.6 Advogado	142	35	112	8
1.6.18.7 Distrito Policial	1	0	0	0
1.6.18.8 Perito	2	2	4	0

Observações

- a) Primeira verificação: mês de referência Agosto de 2016 (fl. 26).
b) Segunda verificação: mês de referência Dezembro de 2016 (fl. 95).
b.1) Respondia pela unidade no mês de dezembro, de acordo com a Portaria GP n. 760/2016, a Dra. Maria Luiza Fabris.
c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).

1.6.19 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias				
Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+30d	Total	+30d
Atendimento				
1.6.19.1 Cartório - Recebido do Advogado	17	0	13	7
1.6.19.2 Cartório - Recebido do	0	0	0	0



Contador					
1.6.19.3	Cartório - Recebido do Juiz	17	3	3	3
1.6.19.4	Cartório - Recebido do Promotor	6	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação					
1.6.19.5	Cartório - Ag. confecção de relação	86	16	135	112
1.6.19.6	Cartório - Aguardando	2	0	6	6
1.6.19.7	Cartório - Aguardando AR	3	0	9	9
1.6.19.8	Cartório - Aguardando carta precatória	23	16	14	14
1.6.19.9	Cartório - Aguardando mandado	33	17	20	18
1.6.19.10	Cartório - Aguardando publicação relação	60	1	14	11
1.6.19.11	Cartório - Arquivar	21	0	20	14
1.6.19.12	Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0
1.6.19.13	Cartório - Escaninho do Advogado	0	0	0	0
1.6.19.14	Cartório - Escaninho do Juiz	12	6	201	174
1.6.19.15	Cartório - Escaninho do Promotor	6	1	8	7
1.6.19.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	0	0	9	0
1.6.19.17	Cartório - Mesa do Escrivão	54	21	45	33
1.6.19.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	20	0	7	7
1.6.19.19	Cartório - Mesa 01 a 10	40	1	80	28
1.6.19.20	Cartório - Prazo 1 a 31 Expedição/cumprimento	91	63	54	61
1.6.19.21	Cartório - Cumprir despacho	164	86	165	154
1.6.19.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.19.23	Cartório - Expedir alvará	0	0	0	0
1.6.19.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.19.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório - Expedir precatória	0	0	0	0
1.6.19.29	Cartório - Aguardando Juntada Organização/juntada	0	0	0	0
1.6.19.30	Cartório - Aguardando petição	0	0	0	0
1.6.19.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0

Observações

- Primeira verificação em 26/09/2016 (fl. 27). Escaninho do Juiz (fl. 28)
- Segunda verificação em 24/01/2017 (fl. 96). Escaninho do Juiz (fls. 97-101)
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1 Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	249	21
1.7.2 Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	94	28
1.7.3 Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	75	29
1.7.4 Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	4	4
1.7.5 Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6 Mandados de prisão em aberto com erros	0	0
1.7.7 Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	97	81

Observações

a) Padrão de conformidade:

a.1) Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.

a.2) Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.

b) Primeira verificação em 26/09/2016. (fls. 29-36)

c) Segunda verificação em 24/01/2017. (fls. 102-107)

1.7.8 Réu Preso Provisório	14	9
Réu Preso Definitivo	15	17
Total	29	26

Observações

a) Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.

b) Primeira verificação em 26/09/2016. (fls. 37-38)

c) Segunda verificação em 24/01/2017. (fls. 108-109)

[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

Observações

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



[REDACTED]

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	Alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	Alimentado	Alimentado

Observações

- a) Primeira verificação em 26/09/2016 (fls. 42-47).
- b) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):
 - b.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.
 - b.2) Verificou-se que há 367 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 293 estão com a situação "a definir". Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA. Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos 0001475-47.2013.8.24.0242, 0001462-14.2014.8.24.0242, 0001446-94.2013.8.24.0242, 0001443-13.2011.8.24.0242 e 0001330-88.2013.8.24.0242, verificou-se que as armas e eles vinculadas foram cadastradas no SNBA.
- c) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):
 - c.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.
 - d) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):
 - d.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.
 - d.2) Não há estabelecimentos penais registrados.
 - e) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):
 - e.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - e.2) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 27-9-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.
- f) Segunda verificação em 24/01/2017 (fls. 126-129).
- g) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):



g.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

g.2) Verificou-se que há 321 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 258 estão com a situação "a definir". Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos 0001230-07.2011.8.24.0242, 0001443-13.2011.8.24.0242, 0000614-90.2015.8.24.0242, [REDACTED], 0001195-42.2014.8.24.0242, verificou-se que os bens a eles vinculados foram cadastrados no SNBA.

h) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):

h.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

h.2) Meses faltantes: novembro e dezembro de 2016. Última atualização em 16-11-2016.

i) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

i.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

i.2) Não há estabelecimentos penais registrados.

j) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):

j.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

j.2) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 24-1-2017) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	Alimentado	Parcialmente alimentado

Observações

Não se aplica em face da competência da unidade.

a) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNECJ.

b) Primeira verificação em 26/09/2016 (fl. 48-50).

b.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema (Casa Lar Pequeno Príncipe), o qual está alimentado.

c) Segunda verificação em 24/01/2017 (fl. 130).

c.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema (Casa Lar Pequeno Príncipe), o qual teve a última ocorrência incluída em 17-10-2016.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 26 de janeiro de 2017.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional - Mat. 5.701

André Pacheco
Analista Jurídico - Mat. 20.683